

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA DESENVOLVIMENTO DE UM TURISMO SUSTENTÁVEL NA GUINÉ-BISSAU: UM ESTUDO PRELIMINAR

Adelino Elizé Lopes¹

Maria Vilma Coelho Moreira Faria²

RESUMO

Nos últimos anos o turismo tem se destacado entre as maiores indústrias a nível mundial, gerando mais receitas e emprego em todo mundo, passando assim a ser olhado como um setor chave para o crescimento e um dos principais meios para o desenvolvimento socioeconômico de um país. Em 2017 o setor foi responsável por 10% de toda riqueza que foi produzida na economia mundial, extrapolando todas as expectativas de crescimento com 1.322 bilhão de viajantes internacionais. Visto que o desenvolvimento sustentável é uma tema que vem sendo discutido desde 1972 durante a conferência de ONU em Estocolmo, estudo pautou na sustentabilidade no turismo, com o objetivo de identificar as políticas existentes de desenvolvimento do turismo sustentável e também sugerir políticas que possam dinamizar mais o setor em Guiné Bissau, sendo que políticas públicas são conjunto de políticas, programas e ações do Estado, diretamente ou por meio de delegação, com objetivo de enfrentar desafios e aproveitar oportunidades de interesse coletivo, entretanto, metodologicamente usou-se da pesquisa qualitativa que foi sediada na revisão bibliográfica e pesquisa documental. Foi identificado que o país conta com seis políticas que versam de forma direta para o desenvolvimento do turismo responsável, também constatou um leque importante de três normas no domínio ambiental e de recursos naturais que indiretamente vão ao encontro com o objetivo do desenvolvimento do turismo sustentável no país. E por último, foi sugerido a criação de um Plano Diretor Nacional para o desenvolvimento do turismo sustentável no país e um Plano Setorial do Turismo.

Palavras chaves: Guiné-Bissau, turismo, políticas públicas, desenvolvimento sustentável.

1. INTRODUÇÃO

Nos dias atuais é bem visível que atividade do turismo tem ganhado destaque cada vez mais entre as maiores indústrias a nível mundial, gerando mais receitas e empregos em todo mundo contribuindo assim para diminuição da pobreza e desigualdade social. Assim sendo, o mesmo passou a ser olhado como um setor chave para o crescimento e um dos principais meios

¹ Graduando em Administração Pública, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciência Sociais Aplicada, e-mail: adelinoelizel0404@gmail.com

² Doutorado em Sociologia - University Of Tennessee (1996) e pós-doutorado no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG)- Universidade Técnica de Lisboa (2009). Atualmente é professora Associada II da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Instituto de Ciência Sociais Aplicada, e-mail: vilma.faria@unilab.edu.com

para o desenvolvimento socioeconômico de um país, ao passo que tem suscitado atenção de múltiplas áreas do conhecimento, tais como a geografia, economia, antropologia, entre outras. Todas elas procuram de alguma maneira procuram dar mais atenção aos impactos sociais e econômicos que o setor vem gerando nas localidades (PEREIRA, FELIPPE, NETO, 2011; GUINÉ-BISSAU, 2015; MTA, IBAP, 2018).

Considerando o raciocínio de Silva (2004), constata-se que nas últimas décadas atividade turística tem ganhado o maior protagonismo entre as atividades econômicas que estão sendo desenvolvidas no mundo todo, e esse fato resgata a percepção de que o mesmo é um setor que promete muito no que se refere ao desenvolvimento socioeconômico de um país, com o crescimento acelerado que tem alcançado e conseqüentemente gerando desenvolvimento das infraestruturas e avultados rendimentos econômicos em vários países no mundo.

De tal maneira que segundo o Brasil (2018 *apud* TOMÉ, 2018; MTA, IBAP, 2018), pode-se constatar que apesar dos desafios econômico e político que o mundo vem enfrentando no cenário atual, no ano de 2017 o turismo conseguiu fazer girar US \$7,6 trilhões, o que representa 10% de toda riqueza que foi produzida na economia a nível mundial. O setor em causa foi responsável direta por criar 292 milhões de empregos em todo mundo, equivalente a 1 em cada 10 na economia global, extrapolando todas as expectativas de crescimento projetadas para o mesmo ano com 1.322 bilhão de viajantes internacionais, o que gerou uma subida de 7% no setor quando é confrontado com o ano anterior, isto é 2016. Fato esse que acabou apresentando o melhor resultado em sete anos consecutivos.

E ainda na mesma ordem de ideia, Teizen (2019) ressalta que o setor do turismo foi a que teve o mais rápido crescimento no mundo no ano de 2018 entre os setores de atividade econômica existente, conseguindo uma expansão de (3,9%), superando assim vários setores como por exemplo: a da manufatura automotiva, que cresceu (3,7%) e da saúde que expandiu (3,3%), com esse fato, o setor conseguiu gerar mais uma vez a taxa superior à da economia global pelo oitavo ano seguido.

No entanto, levando em consideração que nos dias de hoje tem-se falado muito nas questões ligadas a sustentabilidade nos estudos relacionados ao turismo, o estudo que se segue também vai enveredar por esse caminho visto que segundo Brasil (2012), o desenvolvimento sustentável é uma tema que vem sendo discutido já a muito tempo contanto que em 1972 durante

a primeira conferência³ da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento em Estocolmo na Suécia o termo utilizado foi “ecodesenvolvimento”, o que se refere ao desenvolvimento de uma forma ecológica, remetendo ao uso racional dos recursos escassos para satisfação das necessidades da geração presente sem prejudicar ou comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir as suas próprias necessidades, pautando assim em estratégias ambientais de longa duração.

Entretanto, com base nos dados acima trazidos supõe-se que a realização desta atividade econômica com olhar da sustentabilidade, vislumbra-se grande potencial que pode contribuir no desenvolvimento socioeconômico de vários países no mundo, sendo a Guiné-Bissau um destes países. País esse que tinha como o maior (se não o único) setor de atividade econômica a agricultura, que de acordo com o Malomar (2017) era responsável por 85% a 99% de toda sua exportação representada pela venda da castanha de caju ao exterior, sendo a mesma maior fonte de receita do país visto que a produção de arroz e horticultura é muito baixa, não chega para abastecer o mercado interno e muito menos para ser exportada.

Mas, nos últimos anos esse cenário começou a tomar outros rumos à medida que o setor do turismo vem despertando atenção dos gestores públicos do país e também dos viajantes internacionais. A atividade turística vem conquistando cada vez mais espaço no mercado interno da Guiné-Bissau dado que o governo por meio do Ministério do Turismo e também o IBAP⁴ tem se esforçado muito na questão de proteção ambiental e promoção do país como um destino turístico em nível de sub-região e também a nível mundial (GUINÉ-BISSAU, 2015).

Assim sendo, vislumbra-se que se o setor for bem planejado com políticas eficientes, o mesmo pode vir a se tornar uma das maiores fontes de receita do país, sendo que a Guiné-Bissau é um país rico em biodiversidade e diversidade cultural, formado por cerca de trinta (30) grupos étnicos, e com características territorial formada por área continental e insular, esta última integra mais de 80 ilhas e ilhéus que constituem o famoso Arquipélagos dos Bijagós. De forma geral tanto a parte continental assim como a insular do país através das suas

³ Em 1983, a ONU indicou a então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, para chefiar a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que deveria aprofundar propostas mundiais na área ambiental. Quatro anos depois, em 1987, a comissão apresentou o documento *Nosso Futuro Comum*, mais conhecido como Relatório Brundtland.

⁴ Instituto de Biodiversidades das Áreas Protegidas.

características geográficas apresentam grandes potencialidades e oportunidades em termos turísticos (MALOMAR, 2017; GUINÉ-BISSAU, 2015).

Desta forma, o presente estudo tem como objetivo geral identificar as políticas existentes de desenvolvimento do turismo sustentável e também sugerir políticas que possam dinamizar mais o setor na Guiné-Bissau; E o objetivo específico é compreender o contexto atual do turismo na Guiné-Bissau. Contudo, para atingir esses objetivos o presente trabalho foi desenvolvido a partir de uma abordagem de índole qualitativa e para coletar os dados necessários foi realizada pesquisa bibliográfica e documental relacionados ao tema. O trabalho foi estruturado em cinco partes: esta introdução; uma metodologia, onde foi divulgado como o texto foi realizado; um referencial teórico que trouxe os principais conceitos que são de suma importância para compreensão do conteúdo; resultados e discussão da pesquisa e por fim, considerações finais, onde foi feito resumo sobre conteúdo estudado e sugestões para futuros estudos sobre a temática.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

Em consonância com Souza (2006), as últimas décadas marcaram o reaparecer da importância de aquilo que seja políticas públicas no seu todo, fato esse que se deve a contribuição de vários fatores que se uniram para dar mais visibilidade a esta área de conhecimento, fatores como: substituição das políticas keynesianas por políticas de restrição de gastos em maioria dos países e a incapacidade dos países recém-democratizados e os em desenvolvimento de não conseguirem formar aliança políticas que seriam capazes de proporcionar minimamente o desenvolvimento econômico ou promover inclusão social de alguns indivíduos da população que são excluídos.

Entretanto, o que se pergunta é: o que são Políticas Públicas? Pois conhecer a origem e a essência de uma área de conhecimento é fundamental/importante para entender o que ela representa na sociedade e de igual modo também se torna importante entender o seu desdobramento, sua trajetória e as suas perspectivas. Portanto, para compreender o nosso objeto em estudo faz-se necessário voltarmos ao passado, nomeadamente nos séculos XVIII e XIX, onde a principal função do Estado concentrava-se tão somente em garantir a segurança pública interna e proteção das fronteiras das invasões externas. Mas, à medida que a democracia nos países foram ficando cada vez mais densas e ganhando novas dimensões, esse fato conheceu a mudança no século XX, aumentando de tal maneira as responsabilidades dos Estados para com

as suas populações, o que conseqüentemente modificou também as funções dos mesmos, incluindo a promoção do bem-estar social (SOUZA, 2006; TUDE, 2010).

A nova função (promoção de bem-estar social) agora assumida passa a demandar dos Estados uma atuação diferenciada que se focaliza especificamente nos problemas sociais que as populações enfrentam no seu cotidiano, porém, no intuito de responder tais problemas é que se deram origem às políticas públicas. Ou seja, pode-se dizer que as políticas públicas surgiram como um instrumento/mecanismo que serve para serem utilizados ou destinado para sanar/resolver problemas que as populações enfrentam no seu dia a dia. Mas, como uma área de conhecimento e uma disciplina acadêmica a mesma se deu origem nos Estados Unidos da América nos meados do século XX (SOUZA, 2006; TUDE, 2010).

Porém, desde o seu surgimento até então o conceito de políticas públicas têm sofrido inúmeras alterações, evoluindo com o passar dos anos principalmente quando é na Ciência Política que a princípio via esta área do saber exclusivamente como *outputs* (saídas) do sistema político, sendo que a preocupação da mesma (Ciência Política) centrava-se unicamente em estudar os *inputs* (entradas) que são as causas principais dos *outputs*. Mas, com a evolução dessa ciência as políticas públicas ganharam novas dimensões e passaram dessa forma a serem vistas como unidades que podem ser analisadas, estudado o seu processo como um todo considerando os *inputs e outputs* (TUDE, 2010).

Mas mesmo com esta consideração Souza (2006) acredita que não se pode afirmar que existe uma única ou a melhor definição sobre aquilo que seja políticas públicas, frisando que vários estudiosos de alguma maneira conceituaram a mesma, dentre eles pode-se citar alguns nomes como: Mead (1995); Lynn (1980); Peters (1986); Dye (1984) e dentre outros, revelando assim que há várias definições acerca de aquilo que seja políticas públicas, no entanto, apesar de ter revelado esse fato, autora não parou por aí, a mesma sustentou ainda que a conceituação mais consagrada daquilo que seja políticas públicas, seria aquela formulada por Laswell em 1936, sendo ele quem introduziu a expressão *policy analysis* (análise de política pública) considerando que ao decidir ou fazer uma análise sobre políticas públicas o gestor precisa responder algumas perguntas como: quem ganha o quê? por quê? que diferença faz?

E para esclarecer, Souza (2006) considera que de modo geral as definições de políticas públicas mesmo que sejam as mais superficiais sempre vão conduzir o Homem a olhar nos sítios onde os embates em torno de interesses, preferências e idéias se desenvolvem, isto é, os governos. Assim sendo, para sustentar esse entendimento Tude (2010, p. 11) revela que:

Políticas Públicas, tradicionalmente, compreendem o conjunto das decisões e ações propostas geralmente por um ente estatal, em uma determinada área (saúde, educação, transporte, reforma agrária etc.) de maneira discricionária ou pela combinação de esforços com determinada comunidade ou setores da sociedade civil.

Com esta conceituação pode-se entender que as políticas públicas serão sempre conjuntos de ações ou decisões que de alguma maneira vão ser protagonizados com a participação de um ente estatal quer de uma forma independente ou de forma em conjunta com entes não governamentais e não algo fora isso, pois, nos dias atuais cabe aos Estados nas suas diferentes formas (federal, estadual e municipal) promover ações para atender necessidades do povo.

Tal qual como Madeira (2014, p. 22) aponta em dizer que políticas públicas são “conjunto de políticas, programas e ações do Estado, diretamente ou por meio de delegação, com objetivo de enfrentar desafios e aproveitar oportunidades de interesse coletivo”, e para acrescentar, Brasil (2019, p. 2), frisa que as mesmas “se constituem em uma das formas de interação e de diálogo entre o Estado e a sociedade civil, por meio da transformação de diretrizes e princípios norteadores em ações, regras e procedimentos que (re)constroem a realidade”. E ainda, em consonância com Lopes *et al* (2008) as políticas públicas são as ações ou decisões que o ente estatal vai promover ou tomar para resolver (ou não) os problemas sociais, quer através da promoções da garantia dos direitos, assistência ou prestações de serviços à população, e as mesmas podem também servir para (des)estimular comportamento (prática) dos cidadãos.

Assim sendo, dado este último pode-se perceber que não existe somente um único tipo de políticas públicas, mas sim, diversas modalidades da mesma, fato esse que Agum; Riscado e Menezes (2015) viriam confirmar, mostrando que existe diversas modalidades de políticas públicas que vão ser classificados de acordo com os seus impactos/consequências no momento da sua formulação e também na hora da sua implementação, mas que independentemente do nível as mesmas sempre vão se relacionar com problemas que são de grande número de pessoas (públicos) em contraposição aos problemas que são de cunho individuais (privados).

3. SUSTENTABILIDADE

Beni (1999) ressalta que mesmo que muitas das questões que envolvem a sustentabilidade em turismo já foram debatidas em vários países do/no mundo, o mesmo é uma questão que se tornou prioritária na Europa. Mas de forma geral segundo Pinto (2018; HANAI, 2012), os anseios sobre temática de sustentabilidade provém dos pensares ideológicos, acadêmicos e tecnológicos acerca do presente processo de desenvolvimento tanto social assim

como econômico, conduzindo as novas ideias do pensar tecnológico, abordar e agir em processos e fenômenos de desenvolvimento.

Assim, Feil e Schreiber (2017, p. 676), frisam que a sustentabilidade “abrange os sistemas e o desenvolvimento sustentável no que se refere às necessidades humanas e ao seu bem-estar”, contanto que a aceitação e a valorização de algumas temas como por exemplo: problemas que envolvem a sociedade e o ambiente, as críticas ao purismo economicistas, e dentre outras, têm levado a discussão e proposição do denominado desenvolvimento sustentável (PINTO, 2018; HANAI, 2012). Assim sendo, a sustentabilidade percebida como um conjunto de princípios funcionais dos sistemas, possibilita a definição de um modelo de desenvolvimento sustentável como uma opção social que integra objetivos diversos de acordo com determinadas escalas de valores e contextos diferenciados que vão assumindo novas características no tempo e se retroalimentam de maneira definitiva (HANAI, 2012).

E ainda, Feil e Schreiber (2017, p. 676), colocam que a “sustentabilidade consiste em uma meta ou parâmetro (objetivo final) definido por meio de critérios científicos, que mensura e acompanha os resultados gerados pela utilização de estratégias do desenvolvimento sustentável”. Porém, Borbosa (2007 *apud.* VENTURINI, LOPES, 2015) colocam que o referido desenvolvimento sustentável consiste em três elementos, que para ele se constituem em aspectos fundamentais, a chamada tripé da sustentabilidade: crescimento econômico; igualdade social e proteção ambiental.

Tabela 1 - Tripé da Sustentabilidade

| | |
|-----------------------|---|
| Crescimento econômico | Alocação e gerenciamento mais eficiente dos recursos; Competência de renovação contínua dos instrumentos de produção e Autonomia econômica. |
| Igualdade social | Ter uma sociedade com justa distribuição de renda e bens; Emprego autônomo com boa qualidade de vida e Produção de bens destinados para satisfazer necessidades básicas da sociedade. |
| Proteção ambiental | Uso racional dos recursos esgotáveis; respeito ao meio ambiente e Redução de resíduos e de poluição. |

Fonte: Adaptado em Borbosa (2007 *apud.* VENTURINI, LOPES, 2015).

3.1. Turismo sustentável

De acordo com Silva (2012), entende-se que antiga percepção de aquilo que seria o turismo como sendo aquela indústria sem chaminés tende a levar pessoas a pensarem que o

mesmo só acarreta impactos benignos a comunidades que recebem o turista, sobretudo quando gera emprego e oportunidades a população local, mas, o autor chama atenção mostrando que se esses impactos não estarem de fato associados a esfera ambiental, social e cultural, isso pode conduzir comunidade a atingir um lugar na esteira da chegada do turismo de massa, por isso que essa atividade deve ser pensada e exercida como atividade econômica e prática que atendem os princípios do desenvolvimento sustentável. De ressaltar que segundo Pereira; Felipe e Neto (2011), a evolução dos cuidados com o meio ambiente proporcionada pela crescente discussões sobre degradação do mesmo, facilitou o surgimento da preocupação de conceituação deste último, isto é, desenvolvimento sustentável.

O turismo como sendo uma atividade que envolve grande número de pessoas e por desfrutar de lugares que se destacam pela beleza da natureza que compreende um dos principais refúgios mais procurados pelos turistas faz com que esta atividade econômica se constitui em um dos segmentos de negócio que possui grande aporte na área ambiental, entretanto, em virtude do seu crescimento se originou a necessidade de ter um turismo sustentável principalmente para conservar fontes de lazer para gerações vindouras, planejando as ações dos Homens sobre o território e ocupando-se de direcionar a construção de instrumentos e facilidades de forma adequada (PEREIRA, FELIPE, NETO, 2011; EMBALO, WILKE, JÓIA, 2020).

Assim, Silva (2012) comenta que o planejamento de tais ações do Homem sobre o território devem levar sempre em consideração as capacidades de carga do destino nas suas dimensões ambientais, sociais, cultural e econômicas que deverá também ser fruto de um trabalho não individual, mas participativo, envolvendo o governo, os empresários, trabalhadores e sociedade civil.

Reforçando, Pereira, Felipe e Neto (2011) sustentam que para ter desenvolvimento da atividade turística de maneira sustentável, as ações não devem ocorrer de maneira unilateral, mas sim, de maneira harmoniosa, envolvendo iniciativas público e privada, sociedade civil, e também os grupos ambientalistas, organizações não governamentais, dentre outras instituições de modo a assegurar que as suas ações sempre irão respeitar os valores culturais das comunidades envolvidas, com o intuito de garantir a qualidade de vida associada a residentes e visitantes. Pois, para que o desenvolvimento de um turismo sustentável ocorra é de suma importância que as necessidades básicas da população sejam atendidas de modo a possibilitar construção de um futuro melhor com respeito ao meio ambiente e à qualidade de vida das comunidades envolvidas.

Assim sendo, segundo Rose (2002 *apud* PINTO, 2018) um turismo sustentável vai ser sempre aquele que vela pela fusão de três fatores que são de extrema importância para sua efetivação, que são:

- Fator ambiental - que tem por objetivo garantir que o desenvolvimento do turismo seja compatível com a manutenção de processo ecológico;
- Fator econômica - que deverá assegurar que o desenvolvimento do turismo garanta um desenvolvimento economicamente eficiente e com recursos administrado de maneira que possam atender as expectativas das comunidades locais e manter a sustentabilidade das gerações futuras;
- Fator sociocultural - a qual visará garantir que o desenvolvimento do turismo num determinado espaço seja compatível com a cultura e os valores da comunidade.

Também Silva (2012) ressalta que o turismo sustentável é aquele que conserva a natureza, afirma e dá mais valor à identidade cultural da localidade, e que diminui a pobreza criando oportunidades através de projetos elaborados de maneira participativa e incluyente.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU

A República da Guiné-Bissau (antiga Guiné Portuguesa) fica situado na costa ocidental Africana no hemisfério norte do continente, que além do território continental possui ainda uma parte insular que integra mais de 80 ilhas e ilhéus que compõe o arquipélago dos Bijagós, onde se encontram as melhores praias do país e refúgios ecológicos. A Guiné-Bissau é limitado ao norte com a República do Senegal, ao leste e ao sul com a República da Guiné e ao oeste com o oceano Atlântico (EMBALO; WILKE; JÓIA, 2020).

A superfície total do país é de 36.125 km², que para além do setor autónomo de Bissau (capital do país), que possui uma correspondência de a 2,1% em termos de superfície, a Guiné-Bissau ainda tem oito (8) regiões administrativas, e os regiões estão subdivididos em trinta e oito (38) setores administrativos, 103 seções e cerca de 4.500 tabancas (aldeias). Ao todo essas divisões correspondem às três províncias do país: Leste (regiões de Gabú e Bafatá), ocupando a maior parcela do território nacional, equivalente a 42%; Norte (regiões de Oio, Cacheu e Biombo), ao todo ocupa 31,6% a nível do território e o Sul ou Meridional (regiões de Tombali,

Quinara e Bolama - Arquipélago dos Bijagós), tem uma extensão de 26,22% da superfície (INEC⁵, 1991, p. 2-3 *apud* NAMONE, 2014).

Tabela 2 - Regiões de Guiné-Bissau

| Regiões | Capitais |
|----------------|-----------------|
| Quinara | Buba |
| Tombali | Catió |
| Bolama | Bolama |
| Gabu | Gabu |
| Bafatá | Bafatá |
| Biombo | Quinhamel |
| Oio | Farim |
| Cacheu | Cacheu |

Fonte: Elaboração própria (2022).

De acordo com o site Coutry Economy (2019 *apud* EMBALO; WILKE; JÓIA, 2020), a população guineense em 2018 estimativa-se em 1.874.309 habitantes, divididos em cerca de trinta (30) grupos étnicos, e os mais representados em termos de números são: Balantas, Fulas, Mandingas, Manjacos, Papéis, Mancanhas/Brames, Beafadas, Bijagós, Felupes, Mansoanca-Cunante, Baiote, e Nalus.

O relevo da Guiné-Bissau é formado de acordo com Cabral (2019, p. 114), por “planaltos ligeiramente ondulados e uma zona de planalto e de colinas na região de Gabu, setor de Boé (300 metros de altitude) e ponto mais baixo no Oceano Atlântico (0 m). O clima é tropical, quente e úmido com duas estações”, nomeadamente: a época das chuvas, que vai de maio a outubro, e a época seca, de outubro a maio. O português é a língua oficial, mas muitas pessoas falam o crioulo, o que “representa a língua mais falada nos centros urbanos e usada na

⁵ Instituto Nacional de Estatística e Censo.

comunicação entre diferentes grupos étnicos, cada um desses grupos ainda possui a sua língua própria” (NAMONE, 2014, p. 16).

Malomar (2017) e Embalo; Wilke e Jóia (2020) comentam que maior parte da população guineense segue religiões de matriz africanas tradicionais e muçulmana, e a Guiné-Bissau mesmo sendo um país com ricos recursos naturais e grande biodiversidade, a sua economia é muito precária, depende em grande parte da agricultura, que continua sendo a grande oportunidade para a recuperação da economia nacional, com os maiores cultivos em caju, dendê, arroz, mandioca, batata-doce, coco e algodão. E as principais indústrias pertencem aos setores madeireiro e alimentício, especialmente o processamento de pescados, sendo caju o mais importante produto de exportação.

4.1. Contexto atual do turismo na Guiné-Bissau

Dada a sua localização geográfica e configuração do seu território, a Guiné-Bissau é um país que possui um património natural de grande valor, com vasta zona de mangues que é considerado um lugar privilegiado para reprodução de recurso pelágico do conjunto do Golfo da Guiné. Também o mesmo contém uma fauna aquática muito diversificada, uma flora que compreende 1.186 espécies recenseadas, pertencentes a 160 famílias. E não só, como também a rica paisagens florestais e de savanas, uma ecossistema que comporta uma fauna com diversas espécies de mamíferos, pássaros, répteis e anfíbios. Sem contar que a mesma possui um patrimônio cultural de grande valor, contendo mais de três dezenas de etnias presentes no seu solo, que desenvolveram laços de intimidade com o seu meio e conservaram até aos nossos dias ambientes naturais em equilíbrio (GUINÉ-BISSAU, 2015; PINTO, 2018).

Segundo Malomar (2017; GUINÉ-BISSAU, 2015), a Guiné-Bissau possui uma parte insular no seu território que integra mais de 80 ilhas e ilhéus, que constituem o famoso Arquipélagos dos Bijagós, onde que das quais apenas 21 é ocupado de forma permanente e ainda o país é “dotado de espaços naturais com importância reconhecida, das quais seis beneficiam oficialmente do estatuto de área protegida, por serem classificadas como Parque Natural ou Reserva [...]” (PINTO, 2007, p. 17).

No entanto, percebe-se que dada a esses indicadores característicos, tanto de ponto de vista ambiental assim com cultural, a Guiné-Bissau se destaca pelo seu recurso naturais, diversidade cultural, ancestralidade e tradição por meio de conservação de espaços e de culturas, que dão identidade às populações locais, sendo estes potenciais de grande importância que podem impulsionar o desenvolvimento do turismo no país (BRITO, 2007).

Mas, com todo esse potencial segundo Ozorio e Lima (2019; BRITO, 2007; PINTO, 2018; MTA, IBAP, 2018), a oferta do turismo na Guiné-Bissau ainda é embrionário, fato esse que se deve a diversos fatores, como por exemplo:

- Dado ao fato de que a maior parte das unidades hoteleiras do país se encontram localizadas em Bissau (capital do país) e oferece serviços razoáveis destinados, sobretudo, a turistas que estão de passagem para o Arquipélago dos Bijagós;
- A instabilidade governativa que gera incerteza das opções estratégicas nacionais;
- Frágil capacidade para planejar e dinamizar a oferta interna, através da criação de infraestruturas e na modernização das existentes;
- Falta de articulação entre os serviços turísticos oferecidos;
- A inexistência de medidas integradas de promoção e de marketing turístico a nível internacional;
- A escassez de meios de transporte e dentre outros fatos.

Acrescentando, Ozorio e Lima (2019, p. 45) comentam que o país possui um mercado de turismo ainda pouco expressivo quando a sua variedade da oferta de serviços turísticos é confrontada com a de outros países vizinho da sua sub-região, mas, o mesmos autores consideram que mesmo com essa pouca expressividade do desenvolvimento do turismo no país, “são vários os relatórios de agências de fomento e do governo reforçando a narrativa de que a riqueza do capital natural e cultural da Guiné-Bissau constitui-se em forte vantagem comparativa, altamente propícia para a atividade de turismo”, e o ministério do turismo também segundo Pinto (2018, p. 54) tem se engajando na “aposta, para a atração do mercado internacional, na promoção de pacotes que evidenciem o natural, o rural e o ecológico”.

Entretanto, dentre as oportunidades e as principais vantagens comparativas da Guiné-Bissau em relação ao turismo, Ozorio e Lima (2019; MTA, IBAP, 2018) destacam-se:

- Altos níveis de biodiversidade e paisagens exuberantes;
- Sistema de Áreas Protegidas, que compreende 26% do seu território declarado como protegido;
- A notável diversidade étnica e cultural;
- Posicionamento geográfico estratégico, muito próximo da Europa, localizado a apenas 4 horas de voo de Lisboa, sem alteração significativa de fuso horário;
- País seguro para visitantes apesar das notícias negativas veiculadas pelos media;
- Harmonização entre o meio natural e as culturas das comunidades locais;

- Condições climáticas favoráveis dada a longa estação seca;
- A Gastronomia, e outras.

5. METODOLOGIA

De acordo com Zanella (2006), o termo método é um conceito que se derivou da palavra grega *méthodos*, que é formada por duas palavras, onde temos a *metá* que significa no meio de, através, entre, e *acrescida* de *odós*, que tem por significado “caminho”. Assim sendo, a junção das duas palavras que vai ser método, que por Diniz e Silva (2008, p.1), é definido como sendo “a trajetória que o pesquisador percorre para conhecer o objeto (fenômeno/fato investigado) em busca de construir um conhecimento racional e sistemático”, ou seja, para se fazer um trabalho de cunho científico dentro de uma academia, o autor precisa antes definir as etapas e os caminhos que se pretende caminhar para conhecer o seu objeto de estudo, com intuito de chegar o resultado esperado, melhor dizendo, com intenção de edificar um conhecimento racional e sistemático.

No entanto, sendo que o presente trabalho cujo objetivo geral é identificar as políticas existentes de desenvolvimento do turismo responsável e também sugerir políticas que possam dinamizar mais o setor turístico em Guiné Bissau, assim sendo, levando em consideração a natureza da nossa pesquisa, o procedimento metodológico do nosso trabalho consiste em abordagem de índole qualitativa, sendo o mais viável para responder os objetivos propostos da investigação, também devido ao seu carácter mais descritivo e analítico, e também dado ao fato de que segundo Terence *et al* (2006, p. 2) a mesma “não se restringe à adoção de uma teoria, de um paradigma ou método, mas permite, ao contrário, adotar uma multiplicidade de procedimentos, técnicas e pressupostos”, que nas palavras dos mesmos autores é possível compreender que nessa abordagem o investigador procura inteirar-se no seu objeto de estudo mais a partir do seu ambiente e contexto social e cultural.

Então, essa abordagem nos possibilitou o uso de diferentes técnicas para coletar os dados, tais como: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, onde que o primeiro segundo Gil (2008, p. 50), seria aquela “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”; o segundo, ainda de acordo com o mesmo autor, que é Gil (2008, p. 51), seria aquela que “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Assim sendo, no quadro da pesquisa bibliográfica para realização deste trabalho, utilizamos algumas dissertações baixadas em portais de universidades e também livros e artigos científicos que foram baixados em periódicos e revistas específicas sobre a temática relacionada para embasar o trabalho. E no capítulo de pesquisa documental, utilizamos o site do Instituto da Biodiversidade e Áreas (IBAP) da Guiné-Bissau e também o site da Tiniguena para baixar documentos oficiais e algumas Leis que do qual fizemos análise do conteúdo.

Inicialmente estudo de campo por meio de entrevista era parte da metodologia do presente trabalho que acabou por ser retirado por conta da dificuldade encontrada para entrar em contato com o pessoal do Ministérios do Turismo da Guiné-Bissau para realizarmos entrevistas para se inteirar mais no assunto.

6. RESULTADO E DISCUSSÃO

Em relação ao primeiro ponto do propósito geral deste trabalho, que é de identificar as políticas existentes que versam para desenvolvimento do turismo sustentável na Guiné-Bissau, constatamos que existem algumas que são vocacionadas para o cumprimento do objetivo proposto, onde que dentre elas destaca-se a Lei nº 1/2011 (Base do Turismo). Como o próprio nome diz é aquela vai dar toda sustentação básica no intuito de possibilitar o desenvolvimento do turismo na Guiné-Bissau, e por intermédio do ser artigo primeiro percebe-se que o mesmo “[...] tem como objecto a definição das bases legais para uma utilização e gestão correta do ambiente e seus componentes, com vista a materialização de uma politica de desenvolvimento duravel do país”. Mas, há de se ressaltar que esta Lei não sofreu nenhuma revisão desde sua elaboração e publicação em 1992 até a presente data.

Em consonância com Ozirio e Lima (2019), identificou-se que o governo da Guiné-Bissau desde 2004 através do Primeiro Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza já considerava e ainda considera o desenvolvimento do setor turístico como instrumento de redução de pobreza e de garantia de sustentabilidade ambiental e social.

Na sequência, constatamos também por intermédio do Plano Operacional Estratégico de Desenvolvimento Nacional da Guiné-Bissau (2015-2025), a chamada “Terra Ranka”, que o governo do país considera o setor do turismo entre os quatro setores prioritário como o terceiro motor do crescimento econômico com ambição de fazer do país um destino para ecoturismo/turismo sustentável que vai ser reconhecida a nível mundial.

Outrossim, identificamos que o país conta igualmente com uma Estratégia Nacional do Ecoturismo na Guiné-Bissau, documento esse foi elaborado especificamente para traçar as definições que possibilita o desenvolvimento do ecoturismo no país nas melhores condições possíveis através da combinação da necessidade de dar alternativa do emprego e da renda sustentável, resilientes aos membros das comunidades locais e garantindo simultaneamente a manutenção e a sustentabilidade dos recursos ecoturísticos. Essa estratégia de acordo com o mesmo documento foi elaborada sob a supervisão técnica do Departamento do Ecoturismo do IBAP, com o apoio do UICN⁶ na Guiné-Bissau. Contou do mesmo modo com as contribuições dos técnicos do Ministério do Turismo e Artesanato e da Autoridade de Avaliação Ambiental Competente.

Outro instrumento identificado é a Carta de Política do Desenvolvimento Nacional do Ecoturismo na Guiné-Bissau. No artigo primeiro deste documento é possível constatar que o mesmo instituiu regime jurídico da política nacional de desenvolvimento do ecoturismo na Guiné-Bissau tendo como base os princípios da UNESCO para o turismo sustentável em sítios dos patrimônios mundial, e também no seu artigo terceiro constatou que o mesmo objetiva-se de maneira geral desenvolver o ecoturismo na Guiné-Bissau se sustentando na valorização dos patrimônios naturais e culturais com o envolvimento de todos os atores e oferecendo um divisão igualitária dos benefícios para população local e garantir sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Para completar, constatou-se que apesar de não abranger todo o território nacional da República da Guiné-Bissau, o país conta com um Plano Diretor Regional para o Desenvolvimento do Turismo na Reserva de Biosfera do Arquipélago de Bolama-Bijagós, tendo por propósito central munir o governo guineense de um instrumento documental para orientar a política do setor turístico na reserva de Biosfera do Arquipélago de Bolama-Bijagós por intermédio da definição de eixos estratégicos, planos, programas e projetos para o desenvolvimento do turismo sustentável a curto, médio e longo prazos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa realizada identificou-se a existência de cinco políticas em forma de documentos que versam de forma direto para o desenvolvimento do setor turístico de maneira sustentável na Guiné-Bissau como um todo e uma que é regional. Mas, apesar de

⁶ Programa da União Internacional para a Conservação da Natureza.

identificarmos apenas estas seis políticas que fazem referência ao desenvolvimento do turismo responsável de forma direta, constatamos também um leque importante de normas, sobretudo no domínio ambiental e de recursos naturais que de alguma forma vão ao encontro com o objetivo do desenvolvimento do turismo sustentável no país.

Para tanto, dentre elas destaca-se a Lei nº 5/1998 (Lei da Terra), no seu artigo 5º 1. a) o mesmo enaltece que “a proteção dos solos é de interesse geral e integra políticas de proteção do ambiente e do desenvolvimento sustentável”. Aparece também o Decreto Lei nº 3/2004, que aprova o Plano Nacional de Gestão Ambiental, onde que entre os seus objetivos verifica-se que a segunda visa “Garantir a segurança alimentar e proporcionar ou fornecer produtos excedentários variados para mercado em qualidade e quantidade suficiente, através de uma gestão durável e sustentável dos recursos naturais”.

Entretanto, apesar de existirem políticas voltadas ao desenvolvimento do turismo sustentável na Guiné-Bissau, sentimos falta de algumas políticas que certamente dariam contributos que poderiam alavancar ainda mais o setor, contanto, nesta ótica sugere-se a criação de um Plano Diretor Nacional para o desenvolvimento do turismo sustentável no país como um todo, o que servirá de base para orientar a criação de políticas regionais com objetivo de desenvolvimento e crescimento das regiões com foco a partir do turismo responsável.

Igualmente conforme previsto pelo Plano Operacional Estratégico de Desenvolvimento Nacional da Guiné-Bissau (2015-2025), sugere-se a elaboração de um Plano Setorial de Turismo que possibilitará atração de mais investimentos em hospedagens fora de capital Bissau não só para reforçar as unidades mas para diversificar a oferta, justamente para contornar as dificuldades que tem atrapalhado em grosso modo o desenvolvimento do setor no país, e também, para criar recursos humanos e competências sólidos em engenharia turística e na gestão dos destinos. Por fim, encoraja-se mais pesquisas sobre a temática pois a Guiné-Bissau é um país que possui grande potencialidade em termos turísticos, e poucas políticas para alavancar mais o setor de forma sustentável.

Referências

- AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. **Agenda política**, v. 3, n. 2, p. 12-42, 2015.
- BENI, M. C. Política e estratégia do desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentável do turismo. **Revista Turismo em Análise**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 7-17, 1999.
- BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Políticas Públicas para as Mulheres. Brasília, DF: Gov.br, 2019. Disponível em: <[Políticas públicas Mulheres — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/politicas-publicas-mulheres)>. Acesso em: 06 maio. 2022.
- BRASIL, Senado Federal. Em busca de um mundo sustentável. In. Discussão - revista de audiências públicas do Senado Federal. Ano 3 - n.11 - Brasília, junho 2012.
- BRITO, Brígida Rocha. Estudo das Potencialidades e dos Constrangimentos do Ecoturismo na Região de Tombali. Projecto U'anan. Construir o Desenvolvimento Comunitário Sustentável na Região de Tombali: Ecoturismo e Cidadania. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr, 2007.
- EMBALO, Aly; WILKE, Erick Pusch; JÓIA, Paulo Roberto. Turismo na Guiné-Bissau: uma leitura dos aspectos positivos e dos fatores limitantes. **CULTUR: Revista de Cultura e Turismo**, v. 14, n. 1, p. 26-57, 2020.
- FEIL, Alexandre André; SCHREIBER, Dusan. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. *Cadernos Ebape. BR*, 2017, v. 15, n. 3. p. 667-681.
- GUINÉ-BISSAU. Plano e Estratégico Operacional 2015 – 2020 “Terra Ranka”. Bissau, 2015.
- HANAI, Frederico Yuri. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 8, n. 1, p. 198-231, jan-abr/2012.
- SILVA, R. F. Turismo, desenvolvimento sustentável e direitos humanos: O programa "Viaja Mais, Melhor Idade". *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 6, n. 3, p. 290-304, 2012.
- MADEIRA, Lígia Mori (org.) **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre : UFRGS/CEGOV, 2014.
- MALOMAR, Erikson Júlio. Influência da União Económica e Monetária da África Ocidental: (UEMOA) nas finanças públicas da Guiné-Bissau [em linha]. Lisboa: ISCTE-IUL, 2017.

Dissertação de mestrado. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10071/15298>>. Acesso 30 jun. 2022.

MINISTÉRIO DO TURISMO E ARTESANATO (MTA); INSTITUTO DA BIODIVERSIDADE DAS ÁREAS PROTEGIDAS (IBAP). Estratégia nacional para o desenvolvimento do ecoturismo na Guiné-Bissau. Bissau, 2018. 28pp.

NAMONE, Dabana. A luta pela independência na Guiné-Bissau e os caminhos do projeto educativo do PAIGC : etnicidade como problema na construção de uma identidade nacional. São Paulo: Unesp, 2014 120 f. ; 30 cm. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara).

OZORIO, Rodrigo Zomkowski; LIMA, Denise Valéria De. Turismo Responsável nas Ilhas Urok, Guiné-Bissau - Estudo de Caso. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) e Tiniguena - Esta Terra é Nossa!, 2019.

PEREIRA, Juliana; FELIPPE, Samuel; NETO, Luís Moretto. Turismo sustentável: um estudo de caso referente à manutenção do Programa Bandeira Azul, em Jurerê Internacional. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 6, n. 3, 2011.

LOPES, Brenner *et al.* **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte : Sebrae/MG, 2008.

SILVA, KCM da. A importância do Turismo Para o Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo. 2004. Monografia (Graduação em Economia) -Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, n.16, jul/dez. 2006, p. 20-45.

TEIZEN, Beatrice Dittrich. O turismo foi o setor de mais rápido crescimento no mundo. PANROTAS, [S. l.], 2019. Disponível em: <[Indústria de viagens e Turismo cresceu 3,9% em 2018 | Mercado \(panrotas.com.br\)](https://www.panrotas.com.br/pt-br/industria-de-viagens-e-turismo-cresceu-39-em-2018)>. Acesso em: 06 nov. 2021.

VENTURINI, L. D. B; LOPES, L. F. D. O modelo triple bottom line e a sustentabilidade na administração pública: pequenas práticas que fazem a diferença. Repositório digital da UFSM, 2015 Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11691/Venturini_Laur_en_Dal_Bem.pdf?sequen ce=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11691/Venturini_Laur_en_Dal_Bem.pdf?sequen%20ce=1&isAllowed=y) >. Acesso em: 20 out. 2022.

TOMÉ, Luciana Mota. Panorama do turismo no Brasil e oportunidades para a Região Nordeste. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, ano 3, n. 59, dez. 2018. (Caderno Setorial Etene)

TUDE, João Martins. Conceitos Gerais de Políticas Públicas. *Políticas Públicas. Curitiba: IESDE BRASIL SA*, 2010, 11-34.